

## ZOOM SEMANAL

### Ebserh: Adicional de Insalubridade

O diretor de Assuntos Jurídicos da Condsef/Fenadsef, Edison Cardoni, em vídeo disponível na página da Confederação ([www.condsef.org.br](http://www.condsef.org.br)), explicou de forma detalhada o parecer jurídico da entidade sobre a base de cálculo do Adicional de Insalubridade na Ebserh.

O processo de mediação instalado no Tribunal Superior do Trabalho (TST) teve sua segunda reunião no último dia 26/08.

**Veja matéria completa**

### Jornada de trabalho entra em debate

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado Federal promoverá audiência pública nesta terça-feira (2), a partir das 14h, para discutir a possível diminuição da jornada de trabalho para 36 horas semanais, na escala de trabalho 4x3.

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 148/2015, de autoria do senador Paulo Paim (PT-RS), propõe a redução do limite semanal de 44 para 36 horas, mantendo teto de oito horas diárias, e estabelece a implementação progressiva dessa alteração.

**Veja matéria completa**

### Comitê Gestor da Carreira do Seguro Social

Representantes da Condsef/Fenadsef participaram da assinatura da proposta de decreto que cria o Comitê Gestor da Carreira do Seguro Social (CGCSS), em Brasília. O documento foi assinado pelo ministro da Previdência Social, Wolney Queiroz, pelo secretário-geral da Condsef/Fenadsef, Sérgio Ronaldo, além de diretores de outras entidades representativas da categoria.

**Veja matéria completa**

### Cresce avaliação positiva a respeito dos servidores

A avaliação da população brasileira a respeito dos servidores públicos vem sendo minada nas últimas décadas pelos grandes meios de comunicação. Isso porque há um grande interesse da classe empresarial, em desestruturar os serviços públicos para ingressar nas diversas áreas – a exemplo da educação, saúde e segurança.

Mas o saber da população brasileira nunca deve ser subestimado. Segundo uma pesquisa do Datafolha realizada no último mês de junho, a avaliação da população brasileira sobre os serviços prestados pelos servidores públicos melhorou nos últimos anos.

**Veja matéria completa**



### Sindsep promove curso de formação para DB

Com o objetivo de aperfeiçoar a relação entre direção e base, o Sindsep realizou em sua sede no Monte Castelo em São Luís, o curso de formação para delegados e delegadas de Base.

O evento coordenado pelo Coletivo de Formação e pela Secretaria de Organização e Política Sindical irá preparar os delegados e delegadas para atuar em seus locais de trabalho como o elo entre os filiados na base e o corpo diretivo do sindicato de forma a aprofundar as relações e acelerar os encaminhamentos solicitados pela categoria.

**Veja matéria completa**



## Dia da Amazônia: pauta ambiental faz parte da luta de classes

Com 5 milhões de km<sup>2</sup>, a Amazônia concentra 20% da água doce superficial do planeta e milhões de espécies — muitas ainda desconhecidas, e este imenso bioma fundamental para a preservação da humanidade tem no calendário o seu próprio dia, 5 de setembro. Mas a data não tem sido motivo de celebração e sim de preocupação com sua devastação provocada por criminosos.

Neste ano, a data acentua o contraste entre a importância estratégica do bioma e o legado de um ministro acusado de fragilizar a proteção da floresta: o ex-ministro do Meio Ambiente do governo de Jair Bolsonaro (PL), e atual deputado federal Ricardo Salles (PL-SP) que se tornou réu, no último dia 29 de agosto, numa ação que investiga um esquema de exportação ilegal de madeira.

Para a secretária de meio ambiente da CUT, Rosalina do Socorro Ferreira Amorim, "a preservação da floresta está diretamente ligada ao modo de vida e trabalho de milhares de pessoas. Manter a floresta em pé significa preservar a vida das pessoas. O julgamento de Ricardo Salles, por envolvimento no contrabando de produtos florestais nos revela o quanto a pauta ambiental faz parte da luta de classes, como dizia o sindicalista Chico Mendes".

E acrescentou: "Ricardo Salles e seus aliados não representam os interesses da classe trabalhadora e nem do Brasil. Seu discurso e ações têm sido pelo desmonte dos órgãos em defesa do meio ambiente favorecendo o agronegócio e madeireiras que operam de maneira ilegal".

### A devastação

Nos últimos meses, o governo federal reforçou a fiscalização com brigadistas, helicópteros e planos de

prevenção em todos os biomas. No entanto, o bioma segue sob pressão. De agosto de 2024 a julho de 2025, as áreas sob alerta de desmatamento chegaram a 4.495 km<sup>2</sup>, aumento de 4% em relação ao período anterior, segundo o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, o Inpe.

Segundo reportagem do site socioambiental.org, o desmatamento na Amazônia cresceu 91% em maio de 2025, com 960 km<sup>2</sup> devastados — o segundo pior índice da série histórica para o mês.

Já as áreas queimadas diminuíram com queda de 65,8% no primeiro semestre, segundo levantamento da UFRJ.

### PL do Desmatamento

Para agravar o quadro de devastação ambiental do país, o Congresso Nacional, aprovou na madrugada de 17 de julho de 2025, o Projeto de Lei nº 2159/2021, apelidado de "PL da Devastação", que contraria os compromissos do país de zerar o desmatamento até 2030.

A Direção Executiva Nacional da CUT, à época, em nota, repudiou veemente o PL da Devastação: "essa decisão criminosa ignora não apenas o histórico recente de tragédias, mas também compromete os compromissos internacionais assumidos pelo Brasil no enfrentamento à crise climática. Em um momento em que o país se prepara para sediar a COP 30, é inadmissível que o Congresso aprove medidas que caminham na contramão da justiça climática e ambiental", publicou em seu site.

### O caso Salles

Ricardo Salles se tornou réu em ação que investiga um esquema de exportação ilegal de madeira. A denúncia do Ministério Público Federal (MPF), aceita pela 4ª Vara Federal Criminal do

Pará, também atinge o ex-presidente do Ibama Eduardo Bim e outros 20 servidores e empresários.

As apurações indicam que Salles, à frente da pasta responsável pela proteção ambiental, participou de um "grave esquema de facilitação ao contrabando de produtos florestais". O MPF sustenta que houve manipulação de pareceres e emissão de documentos sem validade para liberar cargas de madeira apreendidas nos Estados Unidos.

Em fevereiro de 2020, o então ministro se reuniu com representantes de empresas investigadas e parlamentares. Pouco depois, parecer técnico atendeu às demandas do setor de forma quase imediata, regularizando retroativamente milhares de exportações irregulares. Para os procuradores, a cúpula do ministério e a direção do Ibama atuaram em benefício de interesses privados, em prejuízo direto do patrimônio ambiental brasileiro.

Salles responderá por facilitar contrabando, obstruir a fiscalização e integrar organização criminosa. Bim foi acusado de corrupção passiva e associação criminosa. Nas redes sociais, o ex-ministro classificou a denúncia como "falácia", embora o processo exponha contradições entre seu discurso público e sua prática à frente da pasta.

### Para lembrar

É do ex-ministro Ricardo Salles a tenebrosa a fala, numa reunião no governo Bolsonaro: "Precisa ter um esforço nosso aqui, enquanto estamos nesse momento de tranquilidade no aspecto de cobertura de imprensa, porque só se fala de covid, e ir passando a boiada, e mudando todo o regramento (ambiental), e simplificando normas".

[www.cut.org.br/noticias](http://www.cut.org.br/noticias)